



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:  
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

# FEPEG

F Ó R U M  
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

## PRÁXIS DA ENFERMAGEM NO CONTEXTO PRISIONAL: EXPERIÊNCIAS VIVIDAS NA REALIDADE INTRAMUROS

**Autores:** MARIA IVANILDE DE ANDRADE, MARIA LUCIA MIRANDA AFONSO, ROSIMEIRE FERNANDES DE OLIVEIRA, TAMIRES MOREIRA DINIZ

### Introdução

A enfermagem tem extrapolado os contextos profissionais tradicionalmente conhecidos, explorando novos espaços de atuação, entre eles, insere-se o contexto prisional. Nesse sentido, é preciso que o processo de formação em enfermagem instigue a busca por saberes e metodologias específicas que se adequem à prática profissional, fornecendo embasamento científico que sustente as ações de enfermagem no ambiente prisional.

“É com esse entendimento que a equipe de enfermagem, ao cuidar dos apenados, estabelecerá uma relação permeada tanto de valores morais quanto éticos e sociais” (SOUZA; PASSOS, 2008, p.420).

Sendo assim, a abordagem da prática profissional no contexto prisional requer não somente responsabilidades teóricas e técnicas, mas também o compromisso ético-político e profissional com os indivíduos apenados, incluindo o (re)conhecimento do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário e os programas da Atenção Básica, implementados pelo Ministério da Saúde, que pautam a institucionalização da saúde nas Unidades Prisionais (UP).

A importância deste estudo para os profissionais de enfermagem apresenta-se diante da sensibilização de seu papel como articulador, educador e incentivador do contínuo processo de promoção da saúde e prevenção de agravos nas UP. Tornando evidente a pertinência do respaldo técnico-científico para o desenvolvimento das ações programadas de forma segura e eficiente, com vistas à concretização de uma assistência mais digna e humana ao indivíduo privado de liberdade.

Diante dessas afirmativas, a realização desta pesquisa traz, como proposta para o campo da investigação, discutir a atuação dos profissionais de enfermagem vivida na realidade intramuros, de modo a colaborar para uma reflexão crítica a respeito das ações inerentes e essenciais a serem desenvolvidas pela enfermagem nas UP.

### Material e métodos

Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa extraída do segundo capítulo de uma dissertação de mestrado.

A pesquisa foi desenvolvida, de acordo com a Resolução n°. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que dispõe sobre pesquisas com seres humanos, e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (Parecer Consubstanciado 281.630) sob o CAAE: n° 03783012.5.0000.5098.

Para a realização do trabalho de campo, optou-se pela elaboração de um roteiro com perguntas norteadoras, que resultou em um formulário de entrevista semiestruturada contendo questões abertas e fechadas acerca da concepção dos enfermeiros e técnicos de enfermagem sobre a saúde dos apenados e as ações de enfermagem no Sistema Prisional. O formulário de entrevista foi aplicado a 15 profissionais de enfermagem atuantes em UP, escolhidos de forma aleatória e que concordaram em participar voluntariamente da pesquisa.

Para garantir o anonimato, os participantes foram convidados a fazer a leitura e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e foram codificados pelas letras “E” de Enfermeiro e “TE” de Técnico de Enfermagem, e identificados por um número de acordo com a ordem da entrevista. O formulário foi entregue diretamente ao participante, que, de próprio punho, respondeu às questões contidas no documento. Para o preenchimento do formulário, os participantes levaram em média de 20 a 30 minutos. Os dados obtidos foram organizados e agrupados em seis categorias e 19 subcategorias de acordo com o conteúdo a ser coletado no formulário.

### Resultados e discussão

A primeira categoria fez menção à atuação da enfermagem em UP e suas subcategorias mostraram o tempo de atuação com presos; o cargo ocupado; o turno de trabalho; e a carga horária trabalhada. A segunda categoria discorreu sobre as atividades desenvolvidas pela enfermagem nas UP (tipo de atividades, classificação dos riscos inerente às atividades, acesso e frequência dos presos à essas atividades). A terceira categoria buscou caracterizar o atendimento dos presos (quem solicita e a forma que o atendimento é solicitado). A quarta categoria evidenciou os programas de prevenção de agravos à saúde no Sistema Prisional (tipo de programas existentes, protocolos que eram utilizados pela enfermagem e



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:  
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

# FEPEG

F Ó R U M  
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

Os resultados apontaram que o tempo de atuação da enfermagem nas UP variou entre um e cinco anos e que oito dos participantes ocupavam o cargo de técnico de enfermagem e sete, o cargo de enfermeiros (desses cinco atuavam na assistência direta ao preso; um, na supervisão; e outro, na coordenação). Em relação ao turno e escala de trabalho, a maioria dos entrevistados trabalhava em plantões diurno e de finais de semana, em uma escala de 30 e 40 horas/semanais.

As atividades desenvolvidas pela enfermagem nas UP são: administração de medicamentos; imunização; curativos; aferição de dados vitais; verificação da glicemia capilar; palestras educativas; e orientações quanto à manutenção da saúde. Em relação à caracterização do risco, dois participantes relataram ser de baixo risco é baixo; cinco disseram ser de médio risco; e oito afirmaram desenvolver atividades de alto risco. O acesso do preso às atividades nas UP se dá por livre demanda, agendamento ou somente quando há necessidade e segundo a maioria dos entrevistados raramente os presos procuram pelo serviço de enfermagem.

Quanto a caracterização do atendimento do preso, a solicitação é feita por toda equipe de saúde, agentes penitenciários ou pelo próprio preso, sendo que na maioria das vezes é feita pelo enfermeiro por ordem verbal ou escrita e quase nunca por agendamento.

A maioria dos programas de prevenção e promoção da saúde utilizados pela enfermagem nas UP estão voltados para a prevenção e controle da tuberculose, Diabetes Mellitus e Hipertensão Arterial Sistêmica. Outros programas mencionados estão relacionados à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, campanhas antitabagismo e antidrogas, controle nutricional, acompanhamento gestacional e imunização, cujos protocolos advêm do Ministério da Saúde, da Secretaria de Desenvolvimento Social) ou institucional. Entretanto sete profissionais disseram não utilizar nenhum protocolo. Referente à forma e a frequência da participação dos presos nos programas, estas são feitas de forma voluntária ou por necessidade.

Sobre as ações preventivas e de promoção da saúde desenvolvidas nas UP, a maioria dos profissionais disseram que as mesmas não atendem ou atendem parcialmente às legislações vigentes e que as ações realizadas pela enfermagem nas UP estão pautadas apenas parcialmente nos programas da Atenção Básica do Ministério da Saúde.

Sobre os conhecimentos da enfermagem acerca do Sistema Prisional, os profissionais apontaram dificuldades de toda ordem, como: problemas físico-estruturais, falta de recursos humanos e materiais, problemas de acesso, condições precárias de atendimento, falta de preparo técnico-científico, falta de humanização, entre outros.

Quando interrogados se os conhecimentos apreendidos são suficientes para assegurar a qualidade do atendimento nas UP, os resultados apontaram que o despreparo teórico-prático e psicológico do profissional, a falta de conteúdos disciplinares na formação e a falta de contato com o Sistema Prisional e com o preso são os principais entraves para a assistência da enfermagem nas UP. Assim, relataram que os conhecimentos necessários para atuar nas UP e que deverão ser integrados à formação profissional, são: os tipos de doenças mais comuns encontradas nos presídios, a legislação do SP, as noções jurídicas básicas, os direitos humanos, de cidadania e ressocialização, as formas de abordagem do preso, as questões éticas, conteúdos de psicologia, as normas de segurança, a humanização, a realidade dos presos, etc.

Acerca daqueles conhecimentos que devem ser objetos de capacitação profissional para uma melhor atuação da enfermagem nas UP, os entrevistados citaram: especialização na área do Sistema Prisional, cursos profissionalizantes direcionados para o atendimento dos presos, o estudo da população carcerária e dos distúrbios psiquiátricos voltados para essa população, conhecimentos da legislação, dos direitos e deveres dos presos, a capacitação para a abordagem do preso, o aprimoramento dos conhecimentos já aprendidos, a promoção de estágios nas unidades prisionais, a humanização e a organização da atenção à saúde no Sistema Prisional, a psicologia aplicada à saúde dos detentos, a ética profissional, o ensino sobre penalidades, como lidar com os fatores estressores procedentes do ambiente prisional, esclarecimentos quanto à postura profissional e relacionamento interpessoal, o conhecimento dos programas de promoção da saúde e a prevenção de agravos existentes nas UP.



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:  
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

# FEPEG

F Ó R U M  
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

## Considerações finais

Os resultados da pesquisa possibilitaram ampliar os conhecimentos acerca das *práxis* da enfermagem no contexto prisional. Dessa forma, é preciso refletir sobre as intervenções realizadas nesse cenário, com vista a obter uma assistência em enfermagem avançada na área de atenção à saúde do apenado. Para isso, é necessário que a enfermagem direcione um novo olhar para essa população em especial, implementando um cuidado de enfermagem sistematizado, centrado em práticas promotoras de saúde e de melhoria na qualidade de vida dos indivíduos que vivem privados de liberdade.

## Agradecimentos

Aos enfermeiros e técnicos de enfermagem que em um gesto de confiança tornaram possível a conclusão desta pesquisa

## Referências bibliográficas

ANDRADE, M. I.; AFONSO, M. L. M.; CADETE, M. M. M. Relevância da enfermagem para o direito à saúde nas prisões. **Revista de Enfermagem da UFPE on line**, Pernambuco, v.6, n.11, p. 2839-2844, nov. 2012.

ANDRADE, M. I. **Perspectivas para a atuação da enfermagem em unidades prisionais**: enfoque nas práticas pedagógicas e assistenciais num conceito ampliado de saúde e construção da cidadania. 2013. 198p. Dissertação (Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local). Programa de Pós-Graduação, Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Legislação em saúde no sistema penitenciário. Brasília, 2010.

CAIXETA, M. C. **Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário**: análise do processo de sua implementação no Distrito Federal. 2006. 38 f. Trabalho (Conclusão de Curso). Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Serviço Social, Brasília: 2006.

IRALA, D. A. **O processo de trabalho da equipe de saúde com pacientes apenados**: um estudo sobre metáforas e estigma. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Programa de Pós-graduação em Enfermagem, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2006.

SOUZA, M. O. S.; PASSOS, J. P. Enfermagem no sistema penal: limites e possibilidades. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v.12, n.3, p. 417-423, set. 2008.

XAVIER, J. R. C. **A enfermagem no sistema penitenciário**. 2. ed., São Paulo: Só Enfermagem, 2006. 113p.